

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A OceanAir Linhas Aéreas S.A. (“Companhia”) foi constituída em 4 de junho de 1998, tendo como atividade principal o transporte aéreo de passageiros e cargas.

A Companhia está domiciliada na capital em São Paulo, e possui sede na Avenida Washington Luiz, 7.059 - Bairro Campo Belo.

Em 26 de abril de 2010, a Companhia adotou a marca fantasia “Avianca”, após sua controladora ter adquirido em 2004 a Companhia Avianca na Colômbia.

A Companhia firmou um acordo, não oneroso, de licenciamento de uso com a Avianca Holdings para uso da marca fantasia “Avianca” no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui 51 aeronaves (59 em dezembro de 2015), sendo 2 próprias e 49 por arrendamento operacional. Os modelos dessas aeronaves são:

	2016		2015	
	Própria	Terceiro	Própria	Terceiro
	s	s	s	s
MK28	2	-	5	4
Airbus A318	-	13	-	15
Airbus A319	-	4	-	4
Airbus A320	-	30	-	29
Airbus A330	-	2	-	2
	2	49	5	54

O controlador atual da Companhia é a AVB Holding S.A., conforme Assembleia realizada em 08 de setembro de 2014, onde neste ato houve a troca de ações entre a SP Syn Participações S.A. e RedStar Limited Corp. junto a AVB Holding S.A. que nesta operação permaneceram com a mesma proporcionalidade de participação que detinham na Companhia.

A Companhia vem apresentando constante prejuízos, e conforme demonstrado no balanço patrimonial, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 674.388. O plano da Administração para reverter esse cenário é:

Plano de negócios

O plano de negócios projeta que a Companhia auferirá resultados positivos a partir de 2017. A Companhia vem cumprindo a expectativa de aumento nas receitas, entretanto, ainda não foi suficiente para produzir resultados positivos em decorrência de mudanças relevantes no mercado, resultantes de aumento de custo no preço do combustível e principalmente variação cambial. Durante o exercício foram vendidas 3 (três) aeronaves próprias e devolvidas 4 (quatro) do modelo MK28, que encerraram suas operações em 2015.

Baseado em seu plano de negócio, a Companhia prossegue com a estratégia, que abrange:

- Aumento e modernização da frota com aeronaves do modelo Airbus A320 NEO;
- Reforço na estrutura de capital;
- Abertura de sucursais no exterior;
- Percepção reconhecida de marca focada em qualidade de serviços;
- Forte estrutura de controle de gastos; e
- Ampliação de frequências e expansão da malha aérea.

A trajetória de sucesso da Companhia segue refletindo no crescimento expressivo de 13% nas receitas operacionais no presente exercício em relação ao exercício anterior.

Em julho de 2015, a Companhia ingressou na Star Alliance como representante brasileira da maior aliança de companhias aéreas do mundo.

A Companhia tem como objetivo, para os próximos exercícios, a ampliação do acesso ao mercado financeiro e de capitais com melhora no perfil de seu endividamento através de extensão de prazos e redução no custo de captação de modo a auferir lucros futuros.

Além das medidas mencionadas, a Companhia conta, se necessário for, com o apoio financeiro do acionista controlador.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 6** - reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescência;
- **Nota explicativa nº 12** - definição da vida útil estimada;
- **Nota explicativa nº 17** - Programa de fidelidade “Amigo” e
- **Nota explicativa nº 20** - Arrendamentos mercantis: determinação se um contrato contém um arrendamento.
- **Nota explicativa nº 25** - Receita operacional líquida: reconhecimento e mensuração receita no show

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 12** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa nº 19** - reconhecimento das provisões técnicas; e
- **Notas explicativas nº 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

f. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior - (sucursal Colômbia)

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas no resultado do exercício.

b. Receita operacional

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado.

Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados, são registrados como transportes a realizar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquido dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia, considerando dados históricos (*breakage*).

O *breakage* consiste na análise estatística de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não voar. Periodicamente a Companhia registra uma atualização da receita diferida baseada nos bilhetes efetivamente vencidos e expirados.

O saldo de receita diferida também inclui os bilhetes remarcados pelos passageiros.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é realizado.

Outras receitas que incluem excesso de bagagem, taxas de embarque, bilhetes endossados e revalidação de bilhetes são reconhecidas quando o serviço é realizado.

Programa de fidelidade

A Companhia opera um programa de fidelidade denominado Programa Amigo, que consiste, principalmente, no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens. As obrigações decorrentes do Programa Amigo foram avaliadas ao valor justo, que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas esperadas de resgate no programa.

O valor justo dos créditos de milhas, líquido da estimativa de não utilização de milhas (*breakage*), e milhas concedidas é determinado pela média ponderada de acordo com o valor médio cobrado por assento pela Companhia. Esse valor justo é atualizado anualmente.

A política da Companhia é cancelar todas as milhas contidas nas contas dos consumidores após 24 meses da data de aquisição destas.

A Companhia calcula a estimativa de expiração e não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita a partir deste programa.

Tributos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo/contribuição		Alíquota
Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)	(*)	0,65 a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	(*)	3,0 a 7,6%
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	(**)	4% a 12%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	(***)	1,5%

(*) As receitas de passageiros são tributadas pelo regime cumulativo (0,65% e 3% de PIS e COFINS, respectivamente), enquanto as receitas de fretamento, cargas e vendas auxiliares pelo regime não cumulativo (1,65% e 7,6% de PIS e COFINS, respectivamente).

(**) As receitas de transportes de cargas, além da tributação de PIS e COFINS, também são alcançadas pelo ICMS.

(***) Instituído desde janeiro de 2013 em virtude da Lei 12.715/2012 e incidente sobre todas as modalidades de receitas operacionais.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social para o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

g. Estoques

Os estoques são compostos por materiais de consumo utilizado na manutenção das aeronaves e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, reduzidos por provisões para obsolescência, quando aplicável.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como os componentes adquiridos separadamente, são registrados como ativo fixo e depreciados pelo prazo de vida útil. A revisão de motores inclui os materiais aplicados (peças de reposição) e o custo do serviço que, por sua vez, são considerados como um componente separado e depreciados durante o período médio esperado para a próxima revisão completa (*overhaul*). Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção dos equipamentos de voo, incluindo todos os montantes nos termos dos contratos de manutenção *power by the hour*, são registrados na demonstração do resultado quando consumidos ou incorridos, respectivamente.

Os gastos com manutenções do imobilizado, que aumentam a vida útil do ativo, incluindo peças de reposição e custos de mão de obra, são capitalizados e amortizados ao longo do prazo médio esperado entre as manutenções. Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção de ativos de equipamentos de voo, que não alteram a vida útil dos bens, são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são consumidos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

	Vida útil estimada (anos)
Equipamento de voo	
Peças sobressalentes	20 anos
Equipamentos de aeronaves e de segurança	5 anos
Ferramentas	10 anos
Imobilizado de uso	
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 anos
Oficinas	5 anos
Reparos	2 anos
Motores sobressalentes	15 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	2 anos
Aeronaves	4 anos

i. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos basicamente por *softwares* e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, baseado na vida útil estimada de 5 anos, a taxa de 20% a.a. A amortização é geralmente reconhecida no resultado

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados não são mais depreciados.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro 2016, a Administração da Companhia testou a recuperabilidade de seus ativos e não constatou a necessidade de uma redução por falta de recuperabilidade de seus ativos. Consequentemente, nenhum ajuste ao valor recuperável foi requerido.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisão flight hours

Contratos de manutenção de motores suportam toda a atividade significativa de manutenção de motores. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da natureza dos serviços prestados. Contratos designados como *power-by-the-hour*, contratos em que valores determinados contratualmente são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas e para o qual um passivo e uma despesa correspondente é reconhecida na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

Provisão para retorno de aeronave “redelivery”

Os contratos de arrendamento mercantil exigem que ao final dos contratos, as aeronaves sejam devolvidas nas mesmas condições que foram recebidas. Assim, os gastos são estimados para deixá-las nas mesmas condições e são provisionados entre a data da última revisão programada e a data do final do contrato.

Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os ganhos e prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

n. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações são nominativas e sem valor nominal. Cada ação dará voto a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros / CPC 48	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes / CPC 47	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados, principalmente o IFRS relativo aos arrendamentos que sua adoção devem afetar significativamente aos valores em reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e depósitos bancários	8.709	3.688
Aplicações financeiras	3.288	79.468
Caixa e equivalentes de caixa	<u>11.997</u>	<u>83.156</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, resgatáveis no curto prazo e remuneradas em 2016 e 2015 à taxa de 100% Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a risco e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 24.

5 Contas a receber

	2016	2015
Cartões de crédito	131.851	57.252
Agências de turismo	69.969	64.504
Partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	10.298	25.935
Outros recebíveis	380	2.848
Total contas a receber	212.498	150.539
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(657)	(5.057)
Total contas a receber	211.841	145.482

Composição dos saldos por vencimento

	2016	2015
A vencer	187.466	106.821
Vencidos até 60 dias	10.403	25.943
De 61 a 90 dias	1.710	1.558
De 91 a 180 dias	1.015	1.591
Acima de 180 dias	11.904	14.626
Total contas a receber	212.498	150.539

Considerando a natureza das contas a receber da Companhia e com base no histórico de inadimplência, a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 657 (R\$ 5.057 em 2015).

	2016	2015
Movimentação para crédito de liquidação duvidosa		
Saldo no início do exercício	(5.057)	(4.473)
Baixa	4.313	-
Reversão / (Adição)	87	(584)
Saldo no final do exercício	(657)	(5.057)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía bloqueio de recebíveis referente ao cartão de crédito (Redecard e Visa), dados como garantia aos empréstimos contraídos junto ao Daycoval, detalhamento efetuado na nota explicativa nº 15.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou a baixa efetiva dos títulos das contas a receber no valor de R\$ 4.313, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

6 Estoques

	2016	2015
Peças aeronáuticas	67.265	66.397
Estoque de uniforme	2.582	1.563
(-) Provisão para obsolescência	(1.864)	(1.864)
	<u>67.983</u>	<u>66.096</u>

Movimentação do saldo

	2015	2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Peças aeronáuticas	66.397	27.662	(26.794)	67.265
Estoque de uniformes	1.563	3.727	(2.708)	2.582
(-) Provisão para obsolescência	(1.864)	-	-	(1.864)
	<u>66.096</u>	<u>31.389</u>	<u>(29.502)</u>	<u>67.983</u>

7 Ativo fiscal corrente

	2016	2015
ICMS	108	1.144
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.122	4.959
IRRF	580	398
PIS e COFINS (a)	17.998	12.391
Retenção de imposto de órgãos público (b)	6.104	5.683
INSS (c)	17.958	18.788
Credito por denúncia espontânea (d)	11.463	28.413
Outros	325	574
	<u>55.658</u>	<u>72.350</u>

- (a) No exercício de 2013 foram identificados créditos adicionais de PIS e COFINS, decorrentes de revisão de apuração de créditos sobre despesas, onde encontram-se em processo de compensação.
- (b) O saldo de retenção de impostos de órgão públicos reflete os recolhimentos efetuados em nome da Companhia, a ser aplicado em período em que a Companhia auferir resultados tributáveis.
- (c) No exercício de 2014 foram identificados créditos sobre verbas trabalhistas, decorrentes de revisão de apuração do imposto a serem compensados integralmente futuramente.
- (d) No exercício de 2015 foram identificados pela Delegacia da Receita Federal de administração Tributária, valores de folha de pagamento constantes no parcelamento de INSS, onde a Companhia promoveu o respectivo pagamento no valor de R\$ 11.463 (R\$ 28.413 até 31 de dezembro de 2015) e os valores pagos serão compensados integralmente em uma nova reconciliação do parcelamento.

8 Outros créditos

	2016	2015
Adiantamento a fornecedores	112.527	71.351
Importação em andamento	23.773	18.031
Adiantamento de férias e salários	6.435	5.457
Outros recebíveis	896	2.372
Total	143.631	97.211
Circulante	117.040	79.180
Não circulante	26.591	18.031
Total	143.631	97.211

9 Ativo não circulante mantido para venda

	2016
Ativos mantidos para venda - Transferência do imobilizado	61.641
Venda no exercício	(17.959)
Total ativos mantidos para venda	43.682

Administração se comprometeu com um plano para vender peças e componentes de utilização exclusiva em aeronaves modelo MK28, seguindo o seu plano de negócio de encerrar as operações deste modelo de aeronave.

O valor de R\$ 43.682, apresentado no grupo de ativos mantido para venda, corresponde ao valor contábil dos itens, uma vez que representa um valor inferior ao valor justo deduzidos de despesas de venda. Portanto, a Administração não constitui provisão de perda por redução ao valor recuperável.

Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram e a venda deve ocorrer em até 1 ano.

10 Ativo fiscal diferido

	2016	2015
Prejuízos fiscais	72.868	72.868
Base negativa de contribuição social	26.233	26.233
	99.101	99.101

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social estão registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tecnicamente elaboradas e suportadas nos planos de negócio e aprovadas pelos órgãos da

Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos reconhecidos.

Ativo fiscal diferido

	2016	2015
Ativo fiscal diferido não reconhecido	200.565	188.382
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL reconhecido	<u>99.101</u>	<u>99.101</u>
Total do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	<u>299.666</u>	<u>287.483</u>

A Administração não reconheceu ativo fiscal diferido para resultados tributáveis após 2020.

11 Depósitos em garantia

	2016	2015
Reserva de manutenção	138.785	126.539
Depósitos em garantia	272.223	184.350
Despesas com antecipação de arrendamento	<u>57.724</u>	<u>60.789</u>
Total depósitos em garantia	<u>468.732</u>	<u>371.678</u>

	2016	2015
Depósitos em garantia - partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	91.143	83.318
Depósitos em garantia - terceiros	<u>377.589</u>	<u>288.360</u>
Total depósitos em garantia	<u>468.732</u>	<u>371.678</u>

A Companhia efetuou pagamentos de reservas como forma de garantia para manutenção de aeronaves e motores conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil, sendo composto por 49 aeronaves e 2 motores, os depósitos são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros, e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

Os depósitos em garantia efetuados pela Companhia conforme previsão contratual são efetuados em dólares americanos e resgatáveis ao término do período contratado, podendo a Companhia reverter o recebimento em contratação de operações de arrendamento de aeronaves e motores sob a modalidade operacional.

As despesas com o arrendamento de aeronaves estão relacionadas a valores que são antecipados para os arrendadores, e reconhecido linearmente de acordo com o contrato de arrendamento.

12 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

		2016			2015
	Taxa anual de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Equipamento de voo					
Peças sobressalentes	4%	63	(48)	15	22
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	171.004	(72.557)	98.447	171.220
Ferramentas	10%	27.702	(11.314)	16.388	15.956
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	2.972	(2.576)	396	783
Máquinas e equipamentos	10%	18.503	(8.103)	10.400	11.470
Móveis e utensílios	10%	5.494	(2.811)	2.683	3.079
Computadores e periféricos	20%	11.613	(9.215)	2.398	2.927
Instalações	10%	1.441	(761)	680	817
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%	11.885	(8.593)	3.292	4.595
Oficinas	10%	47	(10)	37	41
Reparos	10%	33.990	(33.988)	2	-
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	114.981	(69.776)	45.205	50.347
Aeronaves	10%	10.057	(10.057)	-	29
		409.752	(229.809)	179.943	261.286

b. Movimentação dos bens

	2015	2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Equipamento de voo					
Sobressalentes	63	-	-	-	63
Equipamentos de Aeronaves e de segurança	277.917	18.890	(4.062)	(121.741)	171.004
Ferramentas	24.758	3.015	(71)	-	27.702
Imobilizado de uso					
Veículos	2.972	-	-	-	2.972
Máquinas e equipamentos	17.786	719	(2)	-	18.503
Móveis e Utensílios	5.352	163	(21)	-	5.494
Computadores e Periféricos	10.712	913	(12)	-	11.613
Instalações	1.439	22	(20)	-	1.441
Benfeitoria em propriedades de terceiros	11.240	645	-	-	11.885
Oficinas	47	-	-	-	47
Reparos	33.988	2	-	-	33.990
Benfeitorias em bens de terceiros	94.916	20.065	-	-	114.981
Aeronaves	25.903	-	(15.846)	-	10.057
	<u>507.093</u>	<u>44.434</u>	<u>(20.034)</u>	<u>(121.741)</u>	<u>409.752</u>

c. Movimentação da depreciação

	2015	2016			
	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Equipamento de voo					
Sobressalentes	(41)	(7)	-	-	(48)
Equipamentos de Aeronaves e de segurança	(106.698)	(28.417)	2.458	60.100	(72.557)
Ferramentas	(8.802)	(2.540)	28	-	(11.314)
Imobilizado de uso					
Veículos	(2.189)	(387)	-	-	(2.576)
Máquinas e equipamentos	(6.316)	(1.788)	1	-	(8.103)
Móveis e Utensílios	(2.273)	(553)	15	-	(2.811)
Computadores e Periféricos	(7.785)	(1.440)	10	-	(9.215)
Instalações	(622)	(147)	8	-	(761)
Benfeitoria em propriedades de terceiros	(6.645)	(1.948)	-	-	(8.593)
Oficinas	(6)	(4)	-	-	(10)
Reparos	(33.988)	-	-	-	(33.988)
Benfeitorias em bens de terceiros	(44.569)	(25.207)	15.817	-	(69.776)
Aeronaves	(25.874)	-	-	-	(10.057)
	(245.808)	(62.438)	18.337	60.100	(229.809)

d. Movimentação dos bens

	2014	2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Equipamento de voo					
Sobressalentes	63	-	-	-	63
Equipamentos de aeronaves e de segurança	282.477	17.483	(22.042)	-	277.917
Ferramentas	22.979	1.789	(10)	-	24.758
Imobilizado de uso					
Veículos	3.047	9	(84)	-	2.972
Máquinas e equipamentos	16.232	1.596	(42)	-	17.786
Móveis e utensílios	4.952	406	(6)	-	5.352
Computadores e periféricos	9.357	1.357	(2)	-	10.712
Instalações	1.391	48	-	-	1.439
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10.080	1.160	-	-	11.240
Oficinas	47	-	-	-	47
Reparos	32.253	1.735	-	-	33.988
Benfeitorias em bens de terceiros	60.634	34.282	-	-	94.916
Aeronaves	31.518	-	(5.615)	-	25.903
	475.030	59.865	(27.801)	-	507.093

e. Movimentação da depreciação

	2014	2015			
	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo final
Equipamento de voo					
Sobressalentes	(35)	(6)	-	-	(41)
Equipamentos de Aeronaves e de segurança	(83.748)	(27.556)	4.607	-	(106.698)
Ferramentas	(6.407)	(2.395)	-	-	(8.802)
Imobilizado de uso					
Veículos	(1.764)	(425)	-	-	(2.189)
Máquinas e equipamentos	(4.667)	(1.649)	-	-	(6.316)
Móveis e Utensílios	(1.755)	(518)	-	-	(2.273)
Computadores e Periféricos	(5.894)	(1.891)	-	-	(7.785)
Instalações	(479)	(143)	-	-	(622)
Benfeitoria em propriedades de terceiros	(4.591)	(2.054)	-	-	(6.645)
Oficinas	(1)	(5)	-	-	(6)
Reparos	(26.737)	(7.251)	-	-	(33.988)
Benfeitorias em bens de terceiros	(26.698)	(17.871)	-	-	(44.569)
Aeronaves	(25.214)	(5.151)	4.491	-	(25.874)
	(187.990)	(66.915)	9.098	-	(245.808)

(a) Transferência para ativos mantidos para venda

Durante o exercício, foi transferido o montante líquido de R\$ 61.641, referente a peças e componentes de utilização exclusiva em aeronaves modelo MK28, para ativos mantidos para vendas, correspondente ao seu valor contábil, uma vez que representa um valor inferior ao valor justo deduzidos de despesas de venda. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 9.

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Teste de perda do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos (depósitos em garantia, imobilizado e intangível) utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômicas financeiras, as projeções do fluxo de caixa foram efetuadas até 2020. A Administração julgou apropriada a utilização deste período com base em sua experiência passada em elaborar com precisão as expectativas de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) (IAS 36) - redução do valor recuperável de ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções foi de 5,4% ao ano. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 14,2% ao ano. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de voo:** As receitas foram projetadas entre 2017 a 2020, considerando os volumes de passagens e ticket médio das passagens efetivamente realizados pela Companhia e condições de mercado.
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento previsto das receitas.
- **Investimentos de capital/manutenção:** Para suportar o crescimento, a Administração projeta investimentos em manutenção de aproximadamente R\$ 75 ao ano. Os investimentos corresponderam à estimativa da Administração, para suportar a operação, corrigida pela inflação acumulada.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos mencionados acima da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 Partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

A Companhia possui saldo de contas a receber com partes relacionadas referente substancialmente aos serviços prestados de atendimento nos aeroportos, passageiros e cargas transportados de voos do grupo Avianca Holdings S.A (veja nota explicativa nº 5). Estes serviços impactaram o resultado até 31 de dezembro de 2016 em R\$ 110.547 (R\$ 70.704 até 31 de dezembro de 2015) e foram registrados como outras receitas operacionais líquidas.

Os contratos de mútuo possuem métricas de conta corrente, sendo atribuído o prazo de 30 dias para a efetiva liquidação ou aditivo aos saldos em aberto, tendo como índice de remuneração a taxa de 1% ao ano.

Além disso, a Companhia possui saldo nas contas a pagar referente a compra de componentes aeronáuticos, manutenção de aeronaves e leasing operacional (notas explicativas nº 14 e 20). O total de compras e/ou serviços contratados que impactaram o resultado até 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 129.873 (R\$ 152.043 até 31 de dezembro de 2015).

	Saldos a receber (ativo)		Saldos a pagar (passivo)		Receitas (despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prestação de serviços administrativos e outros						
Aerovias Del Continente Americano S.A	5.022	2.791	1.173	-	21.009	10.826
Lacsa Linea Aereas Costarricenses S.A	122	112	22	-	1.066	963
Tampa Cargo	-	9.085	4.995	5.206	62.979	11.025
TransAmerican Airlines S.A - Taca Peru	1.721	2.567	132	-	9.033	6.793
Avlog	1.601	10.307	-	-	16.424	40.280
AEQ Alianca Eletroquímica Ltda.	20	11	-	-	11	-
Brasitest Ltda.	440	387	-	-	53	-
SP Syn Participações Ltda.	7	7	-	-	-	101
Petrosynergy Ltda.	33	5	-	-	30	-
Synergy Defesa e Segurança	24	24	-	-	-	-
Senior Táxi	462	-	43	-	6	-
Digex Aircraft	435	295	-	-	159	683
Eisa Alagoas S.A.	3	3	-	-	-	-
Eisa Estaleiro Ilha S.A.	6	6	-	-	-	-
Estaleiro Brasa	8	5	-	-	19	-
Estaleiro Mauá S.A.	126	122	-	-	2	-
R2 Soluções em Radiofarmacia Ltda.	25	10	-	-	26	-
Rem Indústria e Comercio Ltda.	164	139	-	-	102	-
Synergy Aerospace	31	31	-	-	-	-
Oceanair Taxi Aéreo Ltda.	17	17	-	-	-	-
Synerjet Brasil Ltda.	4	1	-	-	3	6
Avianca AV-134	-	-	531	-	(388)	-
AVB Holding	27	27	-	-	13	27
Total	10.298	25.935	6.896	5.206	110.547	70.704

Operações de mútuos

Senior Taxi Aéreo Ltda.	-	1	-	-	-	-
Synergy Aerospace	7.885	15.742	14.128	-	-	-
Digex Aircraft Maintenance.	-	40	-	-	-	-
Total	7.885	15.783	14.128	-	-	-

	Saldos a receber (ativo)		Saldos a pagar (passivo)		Receitas (despesas)	
	Dez-16	Dez-15	Dez-16	Dez-15	Dez-16	Dez-15
Depósitos em garantia						
Aerovias Del Continente Americano S.A	3.259	3.905	-	-	-	-
DS LLC	87.854	78.611	-	-	-	-
ALS Corporation	-	802	-	-	-	-
Total	91.143	83.318	-	-	-	-

Compras de componentes e manutenções

Aerovias Del Continente Americano S.A	-	-	-	530	-	(563)
Tampa Cargo	-	-	-	5	-	-
Lacsa Linea Aereas Costarricenses S.A	-	-	-	25	-	-
Digex Aircraft Maintenance	-	-	567	-	(1.958)	-
Synergy Aerospace	-	-	1.632	-	-	-
TransAmerican Airlines S.A - Taca Peru	-	-	-	68	-	(121)
Total	-	-	2.200	628	(1.958)	(684)

Operações de arrendamento mercantil

Aerovias del Continente Americano S.A	-	-	5.058	27.315	(65.122)	(74.251)
ALS Investimentos S.A.	-	-	-	2.988	-	(12.530)
DS One LLC	-	-	1.244	1.749	(15.537)	(15.753)
DS Two LLC	-	-	2.861	1.741	(15.386)	(15.636)
DS Tree LLC	-	-	2.861	1.741	(15.386)	(1-5.633)
DS For LLC	-	-	2.882	1.979	(16.484)	(17.556)
Total	-	-	14.906	37.513	(127.915)	(151.359)

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da Companhia, que compreende o presidente e os vice-presidentes, está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Remuneração e benefícios de curto prazo	4.027	2.862

Atualmente, a Companhia não tem planos de benefício pós-emprego ou remuneração baseado em ações para funcionários ou administradores.

14 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores no país	277.721	147.997
Fornecedores no exterior	38.797	103.602
Partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	9.096	5.834
	<u>325.614</u>	<u>257.433</u>
Circulante	325.614	241.176
Não circulante	-	16.257
	<u>325.614</u>	<u>257.433</u>

Os principais fornecedores no país estão relacionados aos distribuidores de combustível e no exterior, que são os prestadores de serviços de manutenção em itens aeronáuticos.

Do montante de R\$ 274.680 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 153.203 em 2015) de fornecedores no país, R\$ 18.134 se refere a um parcelamento de saldo acumulado a pagar, efetuado em outubro de 2012, junto a Petrobrás, para liquidação do saldo em aberto naquela data pelo prazo de 60 meses, conforme demonstrado a seguir:

Fornecedor no país	2016	2015	Vencimentos	Encargos
Petrobras Distribuidora S.A	18.134	30.476	2017	CDI+ 14,0286% a.a.

Cronograma de amortização do parcelamento

A amortização do saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2016 apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Dezembro de 2017 a dezembro de 2018	<u>18.134</u>
	<u>18.134</u>

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 24.

Moeda Nacional:	2016	2015	Vencimentos	Encargos	Garantias
Banco Daycoval S.A.	-	42.402	2017	CDI + 7,9562% a.a.	Recebíveis de 80% da dívida junto a Redecard e Visa + aval do acionista
Banco Santander S.A.	24.719	33.333	2017	CDI+ 7,20% a.a.	Recebíveis de Agencia -BSP.
Debêntures	17.992	37.652	2017	CDI + 3,2% a.a.	Recebíveis de 50% de dívida junto a Amex - Debêntures não conversíveis
Duplicatas descontadas	<u>11.185</u>	<u>-</u>	2017	Sem encargos	
Total	<u>53.896</u>	<u>113.387</u>			
Circulante	53.896	83.985			
Não circulante	<u>-</u>	<u>29.402</u>			
Total	<u>53.896</u>	<u>113.387</u>			

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debentures.	2016	2015
Saldo inicial	113.387	157.376
Amortização de principal e juros	(118.807)	(101.505)
Juros apropriados no exercício	16.671	21.812
Captação	41.185	35.000
Apropriação do custo da dívida	1.460	704
Valor final	53.896	113.387

Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	19 de novembro de 2014
Data final da liquidação:	10 de novembro de 2017
Quantidade:	600
Valor total da emissão:	R\$60.000
Espécie:	Quirografia.
Forma:	Não conversíveis em ações.
Remuneração mensal:	Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +3,20% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Mensalmente, a partir de 10 de dezembro de 2014. R\$60.000 serão pagos em 36 parcelas iguais e mensais a partir de 10/12/2015, junto com a remuneração mensal.
Pagamento do principal:	10/12/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Cessão de direitos creditórios.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	N/A
Obrigações adicionais - Outras	N/A

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2016, o financiamento proveniente da emissão de sua segunda Debênture possuía as seguintes cláusulas restritivas:

- (1) Terão como garantia a cessão fiduciária, sob condição suspensiva;
 - Direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes de vendas de passagens aéreas para os clientes da Emissora por meio de cartões de crédito com bandeira Amex (“Direitos Cedidos”).
 - Da conta vinculada de titularidade da Emissora e movimentada, única e exclusivamente por banco depositário (“Banco Depositário”), na qual serão depositados os Direitos Cedidos (“Conta Vinculada”).
- (2) Vencimento antecipado e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo;
 - inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias pela emissora aos debenturistas;
 - decretação de vencimento antecipado de qualquer outro instrumento financeiro que somadas superem R\$ 3 milhões ou, individualmente, supere R\$ 2 milhões;
 - atribuição de materialidade incorreta para as garantias;

- alienação de bens que ultrapasse 10% do total de ativos ou R\$ 5 milhões de reais sem a anuência prévia dos debenturistas, exceto a alienação de até 5 aeronaves Fokker 100 em processo de aposentadoria da frota já traçado pela emissora;
- cisão, fusão ou incorporação sem anuência prévia dos debenturistas;
- modificações no controle societário;
- redução de capital social;
- protesto de títulos com valor individual ou somado maior que R\$ 3 milhões;
- solicitação por parte da Emissora de moratória, suspensão de pagamento, recuperação judicial, extrajudicial ou falência;
- encerramento das atividades empresariais;
- mudança relevante de condições econômicas, conforme Instrução CVM no. 358, de 3 de janeiro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não cumpriu certas condições elencadas acima. Entretanto todos os empréstimos, financiamento e debêntures já estão classificados no passivo não circulante.

16 Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Rendimentos laborais	50.599	38.353
INSS	8.054	12.623
FGTS	6.147	4.730
Imposto de renda retido na fonte	7.075	4.958
	<u>71.875</u>	<u>60.664</u>

17 Transporte a realizar

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de transporte a realizar classificados no passivo circulante é de R\$ 298.477 (R\$ 230.548 em 2015) representado por bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 25 dias. Adicionalmente, o saldo de transporte a realizar inclui provisão para o "Programa Amigo" no montante de R\$ 36.023 (R\$ 20.642 em 2015) referente ao programa de milhagens operado pela Companhia, que consiste no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens.

As obrigações assumidas decorrentes do "Programa Amigo" foram avaliadas ao valor justo que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas que se espera que sejam resgatadas no "Programa Amigo" em 31 de dezembro de 2016.

18 Obrigações fiscais

	2016	2015
Parcelamentos fiscais	253.920	241.435
PIS e COFINS	36.311	34.352
INSS a recolher	13.613	9.404
ISS a recolher	999	288
ICMS a recolher	-	792
Outros impostos	17.688	19.799
	<u>322.531</u>	<u>306.070</u>
Passivo circulante	122.301	114.387
Passivo não circulante	200.230	191.683
	<u>322.531</u>	<u>306.070</u>

Parcelamentos fiscais

Os valores registrados referem-se às parcelas dos débitos fiscais administrativos, incluindo, R\$ 74.798 de INSS (R\$ 81.997 em 2015), R\$ 177.482 de PIS e COFINS (R\$ 154.910 em 2015), R\$ 1.346 de ANAC (R\$ 3.778 em 2015) e processos ICMS R\$ 294 (R\$ 750 em 2015).

Os reparcamentos ordinários de débitos federais (PIS e COFINS) e previdenciário (INSS), foram realizados em 29 de julho de 2016, onde serão quitados em 60 parcelas, atualizadas mensalmente pela taxa Selic.

INSS a recolher

Os valores registrados referem-se aos montantes calculados sobre a receita da Companhia, como resultado na mudança da legislação relacionada à desoneração da folha de pagamento, conforme Lei 12.715/2012.

19 Provisões técnicas

	2016	2015
Tarifas aeroportuárias	11.865	12.498
Provisão flight hours	32.206	45.255
Comissárias e serviços de bordo	14.577	6.393
Outros arrendamentos mercantis	2.514	5.824
Diárias e hospedagem de tripulantes	4.289	4.794
Revisão de equipamentos de voo	338	652
Combustível aeronáutico	6.511	6.729
Serviços profissionais	14.104	7.970
Outras provisões	9.459	2.656
	<u>95.863</u>	<u>92.771</u>

20 Outras obrigações

	2016	2015
Arrendamentos mercantis	78.509	71.188
Compra antecipada de milhas	61.424	24.211
Arrendamento mercantil - Partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	14.906	37.513
Seguros e sinistros	2.065	3.056
Reembolso a terceiros	4.123	1.319
Créditos a apropriar	45.235	28.946
Outras provisões	9.787	8.581
	<u>216.049</u>	<u>174.814</u>
Passivo circulante	196.809	174.814
Passivo não circulante	19.240	-
	<u>216.049</u>	<u>174.814</u>

21 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2016, está provisionado o montante de R\$ 21.019 (R\$ 15.462 em 2015), o qual, na opinião da Administração, com base na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2016, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

a. Composição de contingências

	2016	2015
Provisões trabalhistas	(8.300)	(3.813)
Provisões cíveis	(11.961)	(10.891)
Provisões tributárias	(758)	(758)
	<u>(21.019)</u>	<u>(15.462)</u>
Provisões para contingências	<u>(21.019)</u>	<u>(15.462)</u>

b. Movimentação das contingências

	2015	2016	
Contingências	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Provisões trabalhistas	(3.813)	(4.487)	(8.300)
Provisões cíveis	(10.891)	(1.070)	(11.961)
Provisões tributárias	(758)	-	(758)
	<u>(15.462)</u>	<u>(5.557)</u>	<u>(21.019)</u>

c. Depósitos judiciais

	2016	2015
Depósitos judiciais	24.167	8.582
PIS e COFINS	2.259	2.258
INSS	-	1
	<u>26.426</u>	<u>10.841</u>
Depósitos judiciais	<u>26.426</u>	<u>10.841</u>

Além das causas provisionadas, a Companhia é parte envolvida em outras contingências judiciais envolvendo assuntos trabalhistas no valor de R\$ 29.927 (R\$ 16.322 em 2015), cíveis no valor de R\$ 3.077 (R\$ 3.653 em 2015), e fiscais no montante de R\$ 40.897 (R\$ 44.369 em 2015) e cujas perdas foram avaliadas como possíveis pelos assessores legais internos e externos e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida contabilmente.

A principal causa fiscal da Companhia classificada como possível de perda, refere-se a:

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da administração da Companhia, essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A Administração entende que a ausência da caracterização de circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS.

O valor estimado agregado das disputas judiciais tributária em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente é de R\$ 44.567 em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 43.450 em 2015), segundo estimativa de nossos consultores jurídicos é estimado como possível a expectativa de perda.

Os encargos tributários e as contribuições, apurados e recolhidos pela Companhia, bem como as respectivas declarações de rendimentos, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das Autoridades Fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

22 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social está representado por 880.098.910 (oitocentos e oitenta milhões, noventa e oito mil, novecentos e dez) ações ordinárias (ON) todas nominativas e com o valor de R\$ 1,00 cada.

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 880.099. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Há saldo disponibilizado como AFAC de forma irrevogável e irreversível no valor de R\$ 29.492 proveniente de conversão de dívida em disponibilidade para aumento de capital, onde serão convertidas em 29.491.646 (Vinte e nove milhões, quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e seis) ações ordinárias (ON) todas nominativas e com o valor de R\$ 1,00 cada.

Após a integralização do AFAC acima mencionado, a nova distribuição das ações da companhia ficará:

Acionista	Participação	Capital social
AVB Holding S.A	<u>100%</u>	<u>909.591</u>
	<u>100%</u>	<u>909.591</u>

23 Compromissos

A Companhia possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves e motores sob a modalidade operacional, sem opção de compra e/ou renovação. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 49 aeronaves contratadas na modalidade de arrendamento operacional (54 aeronaves em 2015), cujos contratos têm prazo médio de 88 meses e são atualizados com base na variação do dólar norte-americano, acrescidos da taxa Libor.

Em 31 de dezembro de 2016, o custo desses contratos de arrendamento das aeronaves e motores totalizaram R\$ 594.109 (R\$ 446.195 em 2015), reconhecidos no resultado, conforme nota explicativa nº 26.

Os compromissos futuros assumidos em decorrência desses contratos têm a seguinte distribuição por ano:

	US\$	R\$
2017	181.962	593.032
2018	177.589	578.779
2019	167.927	547.289
A partir de 2020	<u>618.930</u>	<u>2.017.154</u>
	<u>1.146.407</u>	<u>3.736.254</u>

A Companhia é contratualmente comprometida a devolver a aeronave em um nível predefinido de capacidade operacional.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de commodities
- Risco de taxa de câmbio
- Risco de taxa de crédito
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez.

Demonstramos a seguir informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, seus objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital desta:

24.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área Financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando a segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovadas pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Risco de commodities (preço do combustível)

Conforme pode ser observado na nota explicativa nº 26, o combustível representa uma parcela relevante dos custos da Companhia, sendo, dessa forma, um dos principais riscos de mercado do setor de aviação. O preço de combustível das aeronaves está atrelado à cotação internacional do barril de petróleo (WTI).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não tinha nenhum instrumento derivativo para redução de riscos relacionados a flutuações no preço de petróleo vigente.

b. Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui valores a pagar a fornecedores, oriundos de obrigações com arrendamento de aeronaves, manutenção e outros, atrelados ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía nenhum instrumento de proteção para as variações de taxas de câmbio. Como consequência, a Companhia está exposta aos efeitos da variação cambial que poderia causar um impacto adverso em seus fluxos de caixa, posição patrimonial e financeira e operações. As principais exposições cambiais são resumidas como segue:

	2016	2015
Fornecedores estrangeiros	(38.797)	(103.602)
Outras obrigações - Arrendamentos mercantis	(93.415)	(108.701)
Depósitos em garantia	468.732	371.678
Outros créditos - Importação em andamento	23.773	18.031
Total da exposição cambial	360.293	177.406

c. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, exceto de cartão de crédito. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes é minimizado, uma vez que as vendas são pulverizadas em um grande número de clientes, sendo parte significativa das vendas efetivadas por meio de cartões de crédito.

d. Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras oriundas principalmente dos empréstimos contratados. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não utilizou instrumentos de proteção para as flutuações de juros.

e. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. A Companhia está negociando todos os seus contratos com o objetivo de alinhar o giro dos pagamentos com os recebimentos e, dessa forma, melhorar a posição do capital circulante líquido que está negativo em 31 de dezembro de 2016.

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	325.614	-	-	325.614
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	75.192	-	-	75.192
Arrendamento mercantil (nota explicativa nº 20)	93.415	-	-	93.415

24.3 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	2016			2015		
	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	8.709	3.288	11.997	3.688	79.468	83.156
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	211.841	-	211.841	145.482	-	145.482
Mútuo com partes relacionadas	7.885	-	7.885	15.783	-	15.783
	228.435	3.288	231.723	164.953	79.468	244.421

Os valores destes instrumentos financeiros reconhecido no balanço patrimonial não diferem dos valores justos devido ao vencimento de curto prazo destes instrumentos.

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas como Nível 2.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2016	2015
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	325.614	257.433
Empréstimos, financiamentos e debentures (nota explicativa nº 15)	53.896	113.387
Outras obrigações (nota explicativa nº 20)	93.415	108.701
	472.925	479.521

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado, dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

24.4 Análise de sensibilidade

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade efetuada com base em alterações hipotéticas de riscos considerados relevantes pela administração e que podem gerar impacto adverso nas demonstrações financeiras:

		Efeito no Resultado sobre o câmbio à vista de 31/12/2016			
Descrição	Risco	Saldo Contábil	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Fornecedores estrangeiros	Aumento da taxa do dólar		3.880	9.699	19.399
	Diminuição da taxa dólar	38.797	(3.880)	(9.699)	(19.399)
Outras obrigações em dólar	Aumento da taxa do dólar		9.342	23.354	46.708
	Diminuição da taxa dólar	93.415	(9.342)	(23.354)	(46.708)
Adiantamento fornecedores estrangeiros	Aumento da taxa do dólar		(2.377)	(5.943)	(11.887)
	Diminuição da taxa dólar	23.773	2.377	5.943	11.887
Depósito em garantia	Aumento da taxa do dólar		(27.222)	(68.056)	(136.112)
	Diminuição da taxa dólar	272.223	27.222	68.056	136.112
Reserva de manutenção	Aumento da taxa do dólar		(13.879)	(34.696)	(69.393)
	Diminuição da taxa dólar	138.785	13.879	34.696	69.393
Empréstimos, financiamentos e debentures	Aumento do CDI		4.487	5.099	6.118
	Diminuição do CDI	42.711	(4.487)	(5.099)	(6.118)

(*) Com base nos efeitos reais das demonstrações financeiras, a administração efetuou as sensibilidades acima mantendo todas as demais variáveis.

Conforme anteriormente mencionado, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não operava com instrumentos financeiros derivativos.

25 Receita operacional líquida

	2016	2015
Receitas de voo	2.932.136	2.640.401
Outras receitas	201.098	138.403
(-) Imposto sobre vendas	(177.792)	(156.370)
(-) Devoluções de vendas	(76)	(139)
Receita operacional líquida	2.955.366	2.622.295

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais os quais são recolhidos e transferidos para as instâncias governamentais apropriadas.

26 Custos e despesas operacionais

	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Custos serv. Prestados	Custos Serv. Prestados	Desp. gerais e administrativas	Desp. gerais e administrativas	Desp. de vendas	Desp. de vendas
Total	2.403.063	2.136.854	212.764	235.439	185.686	143.096
Pessoal	413.780	359.232	46.204	51.175	35.022	30.362
Combustível	814.652	841.418	431	9	-	-
Arrendamento de aeronaves e motores	594.109	446.195	0	-	-	-
Outros arrendamentos	23.232	21.608	3.862	3.423	4.962	2.145
Manutenção	53.614	43.384	595	323	116	244
Tarifas aeroportuárias	185.820	150.180	46	(2)	-	-
Depreciação	58.415	61.297	10.085	10.762	278	397
Despesas diretas com tripulação técnica	135.763	111.655	9	26	2.823	2.997
Consumo de materiais	49.231	41.318	1.910	2.998	282	205
Serviços auxiliares	26.179	25.020	61.471	56.431	5.705	5.175
Outras despesas	18.183	15.229	58.199	46.614	558	267
Serviços auxiliares	12.686	9.569	6.236	6.412	3.365	3.106
Despesas eventuais	637	419	789	245	1.119	1.919
Contribuições e gratificações	171	-	1.229	1.222	2	6
Despesas diversas	3.703	300	1.159	8.403	-	(263)
Devedores duvidosos	-	-	(87)	584	-	-
Comissões	-	-	12.894	43.949	118.751	81.679
Marketing	1.999	532	98	(47)	12.154	14.521
Outras despesas comerciais	10.889	9.498	7.634	2.912	549	336

27 Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Receita operação <i>back-to-back</i>	-	38.232
Receita operação <i>lease-back</i>	-	46.365
Receita de venda imobilizado	40.398	11.035
Outras receitas operacionais	40.398	95.632
Custo na venda de motores <i>back-to-back</i>	-	(41.889)
Custo nas vendas de motores	(17.959)	(16.724)
Custo na baixa de ativos	(1.697)	-
Provisão para contingências	(5.557)	(12.670)
Outros	(1.857)	(3.906)
Outras despesas operacionais	(27.070)	(75.189)
Outras receitas operacionais líquidas	13.328	20.443

28 Despesas financeiras líquidas

	2016	2015
Receitas		
Receita de variação cambial	201.555	204.798
Outras variações financeiras	<u>2.614</u>	<u>3.642</u>
Receitas financeiras	204.169	208.440
Despesas		
Despesa de variação cambial	(255.192)	(189.847)
Encargos sobre parcelamentos de impostos	(74.681)	(53.957)
Encargos sobre operações de crédito	(54.561)	(46.380)
Encargos sobre empréstimos bancários	(16.671)	(21.812)
Encargos sobre pagamentos de fornecedores em atraso	(23.183)	(24.655)
Despesas com IOF	(5.953)	(4.417)
Outras variações financeiras	<u>(4.993)</u>	<u>(7.128)</u>
Despesas financeiras	<u>(435.234)</u>	<u>(348.196)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(231.065)</u>	<u>(139.756)</u>

* * *

Frederico Pedreira
 Presidente

Daniel de Andrade Gomes
 Diretor Financeiro

Ricardo Varotto
 Contador - CRC 01SP238424/O-0